

“ELA MERECEU OS 61 SOCOS?”: CULPABILIZAÇÃO DA VÍTIMA E ANÁLISE MIDIÁTICA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Brenda Weil da Silva, Faculdade Adventista do Paraná.
Raiza Lima da Silva, Faculdade Adventista do Paraná.
Gabriela Gomes Leão, Faculdade Adventista do Paraná.

Introdução

A violência contra a mulher configura-se como uma persistente violação dos direitos humanos no Brasil. Apesar de avanços legislativos, como a Lei Maria da Penha, discursos sociais e midiáticos ainda deslegitimam a vítima e transferem a ela a responsabilidade pela agressão, enfraquecendo a responsabilização do agressor (Saffioti, 2015). Questionamentos como “ela mereceu os 61 socos?” evidenciam a naturalização da violência e a revitimização feminina, sustentadas por normas de desigualdade de gênero e pela associação entre sofrimento e punição (Salies; Queiroz, 2024).

Dados do 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública apontam a permanência de elevados índices de feminicídio e violência doméstica, indicando que o enfrentamento desse fenômeno demanda não apenas a aplicação da lei, mas transformações culturais (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025). A culpabilização da vítima ocorre em múltiplos contextos, comprometendo a efetividade das redes de apoio e políticas públicas, e relaciona-se à dependência emocional e a padrões afetivos disfuncionais (Cardoso; Paim, 2022).

Esse processo produz impactos significativos na saúde mental das mulheres, como ansiedade, depressão, baixa autoestima e isolamento social, além de dificultar a busca por ajuda (Miranda; Lima, 2023; Teixeira; Paiva, 2021). A permanência em relações abusivas associa-se a vínculos marcados por dependência, medo e crenças disfuncionais sobre o amor, reforçadas por normas sociais que dificultam o rompimento (Santos; Camargo, 2024).

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo geral analisar como discursos sociais e midiáticos reforçam a culpabilização da vítima e naturalizam a violência contra a mulher. Como objetivos específicos, busca-se: (i) identificar os principais argumentos utilizados para justificar a agressão; (ii) examinar os impactos psicológicos da culpabilização; (iii) refletir sobre o papel da Psicologia;

ISSN: 25253611

VI Seminário sobre gênero:

“Educação, diversidades e práticas profissionais: diálogos interseccionais e (im)pactos sociais”

e (iv) propor estratégias de atuação ética, crítica e sensível.

Materiais e métodos

O estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de abordagem descritiva e interpretativa, fundamentada em estudo de caso, com o objetivo de analisar a repercussão de um episódio de violência doméstica ocorrido em 1º de agosto de 2025, em Brasília, a partir de comentários em redes sociais. O recorte contemplou manifestações que culpabilizam a vítima ou defendem o agressor, selecionadas pelo contraste entre a gravidade do caso, registrado em vídeo, e a persistência desses discursos.

A coleta de dados foi realizada nas plataformas Threads e Twitter/X, por meio da ferramenta Lupa, utilizando o termo “61 socos no elevador”. Foram analisados comentários publicados entre maio e setembro de 2025, coletados em 24 de setembro de 2025 e registrados por capturas de tela, sendo incluídas apenas manifestações de culpabilização da vítima ou justificativa do agressor.

A análise seguiu a técnica de análise de conteúdo temática de Bardin (2011), envolvendo leitura flutuante, codificação, categorização e interpretação crítica, articulada à literatura sobre violência de gênero e padrões culturais. Quanto aos aspectos éticos, a pesquisa enquadra-se na dispensa de apreciação pelo Sistema CEP/Conep, por utilizar dados de domínio público, sem identificação dos usuários, garantindo anonimato e privacidade.

Resultados e Discussão

Foram analisados 33 comentários publicados no Twitter/X e no Threads entre julho e setembro de 2025, relacionados ao caso estudado, organizados em categorias temáticas de culpabilização da vítima e justificativa do agressor. A análise evidenciou que a culpabilização da vítima constitui a categoria mais recorrente, manifestando-se de forma explícita ou por meio de insinuações, julgamentos morais e questionamentos sobre o comportamento da mulher.

As justificativas do agressor também apareceram com frequência, principalmente por meio da relativização da violência, da atribuição de responsabilidade à vítima e do uso de explicações como ciúmes, traição, saúde mental ou supostos motivos pessoais. Observou-se ainda a presença de

discursos moralizantes e sexistas, que reforçam estereótipos de gênero e contribuem para a legitimação da violência.

Os dados indicam que tais manifestações não são pontuais, mas refletem padrões sociais mais amplos de naturalização da violência contra a mulher, evidenciando a persistência de crenças que dificultam o reconhecimento da vítima e favorecem processos de revitimização.

Os comentários analisados revelam a persistência de um padrão discursivo profundamente enraizado na cultura brasileira: a tendência de desviar a responsabilidade do agressor e transferi-la para a vítima. Mesmo diante de provas materiais inquestionáveis, como o vídeo do espancamento, parte significativa do público opta por questionar o comportamento da mulher em vez de condenar a violência. Expressões como “ela provocou”, “sabia com quem estava” ou “fez por merecer” evidenciam a naturalização da culpabilização feminina, operando como um mecanismo simbólico que legitima a agressão e impede sua plena condenação social.

Essa postura discursiva também se manifesta de forma indireta, por meio de ironia e sarcasmo, como nos comentários que transformam a violência em piada. O humor, nesse contexto, funciona como estratégia de distanciamento emocional, permitindo o julgamento sem responsabilização moral. Conforme Saffioti (2015), tais discursos reforçam uma moralidade punitiva, na qual a mulher precisa corresponder a padrões normativos para ser reconhecida como digna de empatia ou proteção.

A relativização da violência, associada a justificativas como ciúmes, traição ou supostas falhas comportamentais da mulher, evidencia uma estrutura discursiva que ancora a masculinidade na violência. A agressão passa a ser interpretada como reação compreensível diante de uma “provocação”, reforçando valores patriarcais que mantêm a mulher sob constante vigilância moral.

Observa-se ainda a presença de discursos que, mesmo sem negar a violência, buscam amenizá-la por meio de comparações ou questionamentos sobre a intenção do agressor. Esse movimento contribui para o que Salies e Queiroz (2024) denominam impunidade simbólica, na qual a violência é

ISSN: 25253611

VI Seminário sobre gênero:

“Educação, diversidades e práticas profissionais: diálogos interseccionais e (im)pactos sociais”

deslocada do campo criminal para o de conflitos interpessoais, dificultando sua responsabilização.

Outro aspecto relevante é o descrédito sistemático da palavra da vítima, mesmo diante de evidências visuais. Tal dinâmica evidencia um padrão cultural em que a fala da mulher é constantemente questionada, enquanto a violência masculina tende a ser justificada. Esse processo revela a permanência de estruturas patriarcais que, no contexto das redes sociais, se reconfiguram e se reproduzem por meio de discursos que deslegitimam a vítima e naturalizam a violência.

Diante desse cenário, a violência analisada revela-se não apenas física, mas também discursiva, cultural e institucional. Os comentários não constituem manifestações isoladas, mas expressões de uma estrutura de dominação que se reproduz pela linguagem. Enquanto a sociedade continuar a questionar a vítima antes de condenar o agressor, a violência de gênero seguirá naturalizada. Assim, mais do que responsabilizar indivíduos, torna-se necessário problematizar os sistemas que sustentam essas narrativas, demandando processos coletivos de reeducação frente à violência contra a mulher.

Considerações finais

A análise dos discursos presentes nas redes sociais, especialmente em comentários sobre vídeos que expõem cenas explícitas de violência contra a mulher, evidencia a persistência de um imaginário coletivo que naturaliza, justifica e banaliza tais agressões. Mesmo diante de provas incontestáveis, como imagens de câmeras de segurança, parte da população questiona a credibilidade da vítima e relativiza a responsabilidade do agressor, revelando a força do machismo estrutural que atravessa os espaços sociais e digitais.

Os resultados indicam que os discursos de culpabilização da mulher e de minimização da violência não são isolados, mas compõem um padrão sistemático de resistência em reconhecer o agressor como responsável. Essa impunidade simbólica está associada a fatores socioculturais e institucionais que perpetuam desigualdades de gênero e dificultam o acesso das mulheres a uma rede de proteção efetiva.

Embora as redes sociais possam funcionar como espaços de denúncia e mobilização, também operam como ambientes de reprodução de narrativas machistas e de silenciamento. A responsabilização do agressor é frequentemente contestada, seja pela deslegitimação da vítima, seja pela relativização da violência. Nesse sentido, o enfrentamento da violência de gênero exige não apenas respostas legais, mas transformações culturais amplas, que envolvam educação, mídia e regulação dos ambientes digitais.

Reconhecer a violência simbólica e discursiva como forma de agressão é fundamental para romper esse ciclo. Desnaturalizar tais discursos, combater o machismo cotidiano e valorizar a palavra das vítimas são passos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, segura e igualitária para as mulheres.

Referências

CARDOSO, Bruno Luiz Avelino; PAIM, Kelly. *Armadilhas da química amorosa: aprenda com a terapia do esquema a identificá-las e encontre relacionamentos saudáveis*. 1. ed. Porto Alegre: Ledur Serviços Editoriais Ltda., 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279>. Acesso em: 16 set. 2025.

MIRANDA, Isabella de Carvalho; LIMA, Louise Verônica Costa. Análise do impacto psicológico ocasionado em mulheres vítimas de violência simbólica: uma revisão de literatura. *Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR*, Umuarama, v. 27, n. 5, p. 3072–3090, 2023. DOI: <https://doi.org/10.25110/arqsau.v27i5.2023-060>.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015. 160 p. ISBN 978-85-7743-262-2.

SALIES, Tânia Gastão; QUEIROZ, Ana Vitória de. Culpadas ou vítimas? Mulheres e a força das normas sociais na conceptualização da violência. *Fórum Linguístico*, v. 21, n. 2, e95921, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2024.e95921>. Acesso em: 16 set. 2025.

SANTOS, T. de O.; CAMARGO, M. R. Dependência emocional em relacionamentos conjugais: possíveis fatores e consequências. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 35, p. e220002, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e220002>. Acesso em: 16 set. 2025.